

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE PESQUISA
DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
REALIZADA NO ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO, EM 24.01.2019.**

ATA nº 388

Ao vigésimo quarto dia do mês de janeiro do ano dois mil e dezenove, às 09:30h reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, no Escritório do Rio de Janeiro, localizado na Av. Pasteur, 404, Urca, com a presença dos Conselheiros Titulares, Erick Biill Vidigal (Representante do Ministério de Minas e Energia) e Nucilene Lima de Freitas França, Titular (Representante do Tesouro Nacional), atuando como Secretário, o Secretário Geral João Batista de Vasconcelos Dias Júnior. Participaram da reunião, no seu todo ou parcialmente, a Chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Sheila Teixeira Ribamar e o Analista em Geociências Cristiano Jorge André, pela SEGER. O Conselheiro Frederico Bedran Oliveira não pôde comparecer à reunião por motivos de força maior, porém teve participação por meio de teleconferência, onde deu início à reunião e solicitou o exame dos itens da Ordem do Dia: **PRIMEIRO ITEM – LEITURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA 387** – A Ata 387 será assinada na próxima reunião. **SEGUNDO ITEM – ASSUNTOS DA CONTABILIDADE** – A chefe da DICOGE, Sheila Teixeira Ribamar, apresentou os Balancetes Mensais, as Composições dos Resultados, relativas aos meses de novembro e dezembro de 2018, o Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2018 e as Demonstrações Financeiras relativas ao terceiro trimestre de 2018, com o correspondente relatório dos auditores independentes. Quanto a análise do balancete de dezembro/18, o conselho observou uma divergência de R\$ 3.262.061,83 entre o valor registrado na conta “Provisões para Risco Fiscais – INSTIT. NÃO FINANCEIRAS” e o valor apresentado na planilha “Passivos Contingentes – Demandas judiciais”, enviada pela DICOTE/COJUR, no item “demandas tributárias prováveis”. Com relação às certidões estaduais, municipais e da União, a chefe da DICOGE informou que o quadro de certidões permanece com a mesma situação apresentada na reunião de 20/12/18. O Conselho Fiscal reiterou a preocupação com a proximidade da Assembléia Geral Ordinária, no que se refere ao prazo de entrega dos relatórios trimestrais e do relatório final pela Maciel Auditores, solicitando que o mesmo seja entregue em tempo hábil de ser analisado. Em relação à regularização da situação do item Financiamento à Pesquisa Mineral, registrado no Ativo Não Circulante do



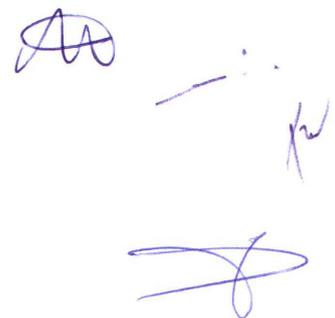
Balanço da CPRM, o Secretário-Geral, João Dias, informou que o Conselho de Administração, em reunião realizada em 18.12.2019, autorizou a baixa no Balanço de 18 das 25 áreas, correspondendo àquelas em que as Pesquisas não tiveram sucesso. Quanto às demais 7 (sete) áreas, que encontram-se ainda ativas, a Chefe da DICOGE informou já ter recebido da COJUR a classificação do risco das mesmas para fins de provisionamento no Balanço. O Conselho Fiscal reitera ainda à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração que sejam tomadas as providências cabíveis visando a eventual recuperação pela CPRM do investimento realizado nas 7 (sete) áreas ainda ativas, e solicitou que as mesmas sejam informadas ao Conselho.

TERCEIRO ITEM – ASSUNTOS DA AUDITORIA - Foi apresentado ao Conselho o Informe de Auditoria nº 001/2019, no qual foram analisados os procedimentos que originaram o Contrato nº 054/PR/2018 com a empresa JDR Services LTDA ME (PDL nº 094/2018), que conclui ter havido adequabilidade no enquadramento da contratação, a qual foi devidamente fundamentada no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93. Também foi observado que a referida contratação, efetuada em caráter emergencial, já foi substituída pelo Contrato 002/PR/19 com a empresa TOTAL LIC SERVIÇOS LTDA (CNPJ 21.345.879/0001-83) vencedora do Pregão Eletrônico nº 006/SERAFI-BR/2018.

QUARTO ITEM – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Foi apresentada ao Conselho a posição da execução orçamentária das Ações Discricionárias e do PAC, até 21 de janeiro de 2019. Nas Ações Discricionárias, considerando a ação Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, de um limite orçamentário de R\$ 93.344.399, foram executados R\$ 85.166.161, cerca de 91,24%, restando um Limite Disponível de R\$ 8.178.239. Já nas ações do PAC, de um limite orçamentário de R\$ 20.650.915, foram executados R\$ 20.648.025, cerca de 99,99%, restando um Limite Disponível de R\$ 2.890.

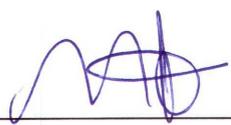
QUINTO ITEM – DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – A Divisão de Contratos (DICON/DEAMP) apresentou ao Conselho Fiscal a relação dos Contratos celebrados pela CPRM no período de dezembro de 2018 a janeiro de 2019: 077/PR/18 – Triângulo Administração e Serviços Ltda; 088/PR/18 – Centro de Biologia Experimental Oceanus Ltda - EPP e 091/PR/18 – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. A Divisão de Execução Financeira (DIEFIN/DECOF), em atendimento à solicitação do Conselho, apresentou a relação de convênios em que a CPRM aparece como Concedente: 029/CPRM/2015 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FURG; 012/CPRM/2016 – Marinha do Brasil; 044/CPRM/2009 – Departamento de Recursos Minerais – DRM; 01/CPRM/2016 – Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa- FUNDEP e 014/CPRM/2018 – Marinha do Brasil. O Conselho Fiscal continua aguardando informações quanto ao processo de prestação de contas dos Convênios:

029/CPRM/2015 - Universidade Federal do Rio Grande – FURG; 012/CPRM/2016 - Marinha do Brasil; e 01/CPRM/2016 - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP. **SEXTO ITEM – RELATÓRIO DE DÍVIDAS DE CLIENTES, POSIÇÃO EM 05.12.2018** – A Divisão de Execução Financeira (DIEFIN/DECOF) apresentou ao Conselho a posição em 18 de janeiro de 2019 da evolução da dívida de clientes. A dívida vencida há mais de 30 dias totaliza R\$ 203 mil, correspondendo à dívida da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, em cobrança judicial. Já a dívida com menos de 30 dias totaliza R\$ 204 mil, correspondente à dívida do Instituto Nac. de Tecnologia da Informação. **SÉTIMO ITEM – EXAME DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Ata 1200, referente à reunião da Diretoria Executiva realizada em 13.12.2018, e da Ata 224, referente à reunião do Conselho de Administração realizada em 22.11.2018. **OITAVO ITEM – ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES** – A Divisão de Contencioso da Consultoria Jurídica (DICOTE/COJUR) apresentou ao Conselho Fiscal a planilha “Passivos Contingentes – Demandas Judiciais”, com o demonstrativo das ações judiciais detalhadas por ramo (Trabalhistas, Tributárias e Cíveis), referentes ao mês de dezembro de 2018. **NONO ITEM – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA CGU** – Foi entregue ao Conselho Fiscal o relatório com as recomendações feitas pela Controladoria-Geral da União – CGU à CPRM, referentes ao exercício 2017 com prazo de atendimento das mesmas, ficando sua apresentação para uma próxima reunião. **DÉCIMO ITEM – OUTROS ASSUNTOS** – **a)** O Conselho Fiscal solicitou encaminhamento, ao Conselho de Administração, da Nota Técnica 001/2019 do DEMAP/DIPATI, que apresenta as providências adotadas para a realização do Inventário de Bens de Capital da CPRM, para conhecimento. Outrossim, o Conselho reitera ainda a recomendação para que a empresa não economize esforços visando a conclusão do referido Inventário com a maior brevidade possível **b)** O Conselho Fiscal solicitou a participação de representante da Maciel Auditores na reunião de fevereiro/19. Foi agendada para o dia 12.03.19 reunião específica para análise do balanço de 2018. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi dada como encerrada.

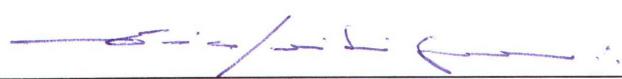




FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA
PRESIDENTE



NUCILENE LIMA DE FREITAS FRANÇA
CONSELHEIRA



ERICK BILL VIDIGAL
CONSELHEIRO



JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR
SECRETÁRIO-GERAL